

TRINDADE, Héglio (org.) *Universidade em ruínas na república de professores*. 2. ed
Petrópolis : Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 2000.

Maria Luiza Macedo Abbud¹

Contribuindo para a análise da universidade brasileira hoje, esta obra, organizada por Héglio Trindade, centraliza a discussão em torno de três perguntas: público e privado em questão? reformas ou contra-reformas? e naufrágio da universidade?, acrescentando, em perspectiva internacional, dados sobre o panorama do ensino superior em outros países. Afirma ser “pressuposto dos autores que os desafios da universidade brasileira estão a exigir um diagnóstico abrangente do sistema de educação superior articulando-o com uma análise da situação universitária nas Américas e na Europa” (TRINDADE, 2000, p.7).

Trindade apresenta a obra como sendo a manifestação de diferentes sujeitos que estão atualmente no debate e estudo sobre a questão da universidade brasileira. Considerado em seus aspectos acadêmico e político, o debate, de caráter público, vem se travando tanto no espaço universitário quanto nas organizações representativas da sociedade civil, como associações científicas, e na imprensa.

Após a apresentação, o artigo “Universidade, ciência e Estado”, de autoria do próprio organizador — no qual está explícita a intenção que percorre todos os artigos do livro: discutir refletidamente sobre a universidade para que possamos sair da condição de “andar a reboque” das iniciativas do governo e tomar iniciativas no sentido de propor novos rumos para a academia —, define a intenção da obra como a de contribuir com este debate, o que consegue plenamente, pois o livro aborda, em profundidade, diferentes aspectos do tema. Nesse mesmo artigo há uma retrospectiva histórica da universidade desde a Idade Média, na qual se salienta os aspectos que a definiam no seu início e as transformações que sofreu até chegar à configuração atual. Trindade caracteriza os modelos de universidade napoleônica e alemã como os

¹ Professora na Universidade Estadual de Londrina.

constituintes da universidade atual, em que as questões iniciais como formação profissional e ciência se desdobram em relações de poder e na transformação do conhecimento em instrumento do Estado e, posteriormente, do mercado.

Na primeira parte do livro, intitulada “Público e privado em questão?” participam quatro pesquisadores e o ponto comum dos seus escritos indica que público e privado não estão exatamente em questão nas definições políticas sobre educação superior no Brasil. Os encaminhamentos propostos pelo mundo oficial estão indicando o direcionamento para a minimização do papel do Estado em relação a este nível de ensino.

Em “As universidades frente à estratégia de governo”, o professor Hélió Trindade, analisa as propostas governamentais em relação ao projeto de autonomia das universidades públicas federais confrontando-as com a política adotada em relação à graduação e pós-graduação no ensino superior público e privado. A ênfase na pós-graduação e abandono da graduação, a contenção do crescimento das universidades públicas e o favorecimento das “empresas educacionais”, a diminuição dos recursos para pesquisa criam discrepâncias entre os recursos humanos de altíssimo nível e a possibilidade de desenvolver trabalhos compatíveis nas universidades públicas. Ainda assim, se comparadas às instituições privadas, de baixa qualidade média, com honrosas exceções, como diz o autor, fica ainda mais evidente a defasagem entre o ensino superior público e o privado no Brasil. O autor conclui afirmando que a opção do governo brasileiro está sendo investir no ensino privado (ainda que de duvidosa qualidade), que já detêm 75% das matrículas de graduação e deixar perder o patrimônio público construído nas últimas três décadas na Universidade pública brasileira.

Luiz Antonio Cunha, no artigo “O público e o privado na educação superior brasileira: fronteiras em movimento?” , analisa as condições de regulamentação do sistema público e do sistema privado no país. A respeito das políticas para o setor público, o autor situa as críticas que têm sido feitas ao governo no que diz respeito à manutenção e apresenta as iniciativas oficiais no que diz respeito ao gerenciamento e financiamento das universidades federais. Discutindo as políticas para o setor privado, Cunha faz a caracterização das diferenças entre as instituições, do aparato legal que regulamenta o seu funcionamento e discute as possibilidades criadas pelo sistema de crédito educativo, que, associado aos sistemas de avaliação de cursos, permitem compreender a opção política do governo de privilegiamento do sistema privado de

ensino superior. Concluindo, o autor afirma que, no discurso, os limites entre o público e o privado no ensino superior brasileiro deixam de existir e passa a constituir-se uma diferença entre excelência e mediocridade. Na prática, tal diferenciação está sendo construída pela composição de forças no Conselho Nacional de Educação.

Em “Privatização não faz escola”, Dilvo I. Ristoff faz a análise do significado da privatização para o desenvolvimento da educação e do país a partir do paralelo com algumas experiências norte-americanas. Demonstra que nos EUA está em curso o processo de universalização e gratuidade do ensino em todos os níveis. Neste artigo o autor mostra que no país do capitalismo existe a percepção de que educação não pode ser considerada como mercadoria a ser explorada, ao contrário, em relação ao ensino superior, vêm sendo ampliados os programas de bolsa de estudos e redução de taxas para estudantes e famílias que estejam cursando o terceiro grau. Segundo Ristoff, tais propostas originárias da “matriz do capitalismo devem deixar os defensores do ensino público brasileiro um tanto perplexos”, como entender que num país como o nosso, tenhamos que lutar tanto pela gratuidade de ensino e não imitamos os norte-americanos (como o fazemos em muitas outras coisas)?

José Dias Sobrinho, no artigo “Avaliação e privatização do ensino superior”, parte do princípio de que avaliação é sempre necessária e é, necessariamente, complexa, o que faz com que complexidade da avaliação institucional da educação não possa ser desconsiderada. Analisa os pressupostos e as implicações e usos que estão norteando as práticas de avaliação institucional hoje — a avaliação pode ser instrumento dos processos de privatização, numa política neoliberal, como pode constituir-se num programa de resistência a tais políticas. Dias Sobrinho faz uma retrospectiva a partir das origens das propostas de avaliação institucional do ensino superior, caracterizando as intencionalidades expressas e conseqüências observadas na consolidação das práticas avaliativas, especialmente as conduzidas sob inspiração do Banco Mundial. Discute a necessidade de associar à avaliação quantitativa, processos de avaliação interna e por pares que respeitem a especificidade das instituições, destacando características próprias do ensino superior para um país. Em síntese, aqui é apresentada uma discussão crítica do uso da avaliação como estratégia para justificar a privatização e a necessidade de utilização de procedimentos avaliativos que sejam critérios para a defesa dos interesses maiores da sociedade brasileira no que diz respeito ao ensino superior.

Na segunda parte da obra, “Perspectiva internacional”, Dilvo I. Ristoff, Héglio Trindade e Valdemar Sguissard fazem relatos e análises de algumas experiências de outros países, que às vezes equivocadamente têm sido usadas como modelo para a realidade brasileira sem a análise das diferenças de tradição e contexto. Com a nossa tradição de importação de modelos, este capítulo constitui-se num excelente exercício de análise das propostas no seu contexto original que são sugestivas para uma reflexão mais crítica quanto às possibilidades de utilização de experiências estrangeiras.

Em “*Boyer Comission: o modelo americano em debate*”, Dilvo I. Ristoff analisa o sistema americano de ensino superior apresentando como suas características básicas do “(a) sua orientação pública, (b) a sua estadualização administrativa, (c) e a sua diversidade de objetivos acadêmicos.” (RISTOFF, in TRINDADE, 2000, p. 75). Acrescenta a estes dados a porcentagem da população na faixa etária de 18 a 24 anos que frequenta o ensino superior – 55%, perfazendo 14 milhões de estudantes, sendo 11 milhões de alunos de instituições públicas, apesar do número de instituições públicas ser menor do que as privadas. Explicita a política de valorização do ensino superior e a organização do sistema de ensino superior americano com suas diferentes modalidades. O artigo é rico em dados que possibilitam a compreender as diferenças existentes entre as realidades norte-americana e brasileira, que devem ser levadas em conta ao tomarmos o sistema americano como modelo.

De autoria de Héglio Trindade é “*Rapport Attali: bases da reforma do ensino superior francês*”, texto que caracteriza a situação do ensino superior francês como um sistema superior diversificado, resultante de um conjunto de reformas localizadas a partir de 68, sendo o *Rapport Attali*, produto do trabalho de uma equipe de especialistas a partir de ampla consulta à comunidade, cujo resultado é uma proposta de reformulação ampla e inovadora. Apesar das diferenças entre a França e o Brasil e os seus respectivos sistemas de ensino superior, o autor salienta a pertinência deste estudo para que se observe como foram enfrentadas as questões substantivas e como foram elaboradas as propostas para superação dos problemas e desafios. Questões como expansão do ensino superior francês com vistas à equidade, complexidade de organização, aplicação do processo de mundialização da economia na educação e suas conseqüências são alguns dos pontos analisados em função do relatório francês e representam aspectos em pauta também na discussão brasileira, consideradas suas diferenças. Concluindo, o autor situa a elaboração do estudo que resulta no *Rapport*

Attali no contexto da elaboração de uma proposta européia de ensino superior em que a educação não esteja submetida ao mercado.

Valdemar Sguissard parte da pergunta que dá título ao artigo “*Dearing Report: novas mudanças na educação superior inglesa?*” para analisar as reformas propostas na Inglaterra como particulares, e em continuidade, com o sistema de ensino superior existente naquele país. A relevância da discussão apresentada está baseada na tendência brasileira de aderir de maneira acrítica aos modelos e modismos vindos de países considerados, ou impostos, como referências. Na discussão sobre ensino superior, as indicações para a adoção do *modelo tatcheriano*, com aval das agências financeiras internacionais, estão indicando, em primeiro lugar, um desconhecimento do que seja tal modelo e seu significado no contexto inglês e, em segundo, a desconsideração do que esta adoção pode significar uma ameaça à sobrevivência da universidade brasileira. Buscando esclarecer o teor da proposta inglesa para demonstrar que o seu significado e suas conseqüências são bem diversos nos contextos inglês e sul-americano, o autor faz uma análise aprofundada do *Dearing Report* e dos desdobramentos da proposta contida no relatório pelo governo trabalhista que sucedeu Thatcher. A leitura de Sguissard é essencial para a compreensão do alcance das políticas brasileiras no quadro de imposições como as do Banco Mundial.

De Hélió Trindade é também “UNESCO e os cenários da educação superior na América Latina” onde é feito o confronto entre duas posições internacionais bastante distintas: a da UNESCO e a do Banco Mundial. Defender o compromisso irrenunciável do Estado em termos de investimentos de longo prazo no ensino superior é a posição da UNESCO em oposição aos seguidores das políticas tatcherianas e do Banco Mundial, para os quais o investimento de recursos estatais em educação superior tem sido considerado privilegiamento de grupos de alta renda. Trindade caracteriza as propostas do Chile, México e Argentina como explicitamente alinhadas às recomendações das agências financeiras internacionais, enquanto a situação no Brasil está sendo mais dissimulada, ainda que caminhe na mesma direção. Analisa diversos indicadores dos rumos políticos que o governo brasileiro vem dando à educação superior e o papel de extrema relevância na proposição de questões e encaminhamentos de resistência em defesa da preservação de um sistema nacional de ensino superior de qualidade que a UNESCO vem desempenhando, razão pela qual se justifica o estudo e debate dos documentos produzidos na sua Conferência Mundial de Paris.

No terceiro bloco de artigos a questão em pauta é “Reformas ou contra-reformas?” e Luiz Antonio Cunha, José Dias Sobrinho e Héglio Trindade analisam propostas de reforma da educação superior explicitando seus pressupostos e desdobramentos havidos e possíveis.

Nesse bloco, o primeiro artigo, cujo título é “Reforma universitária em crise”, de autoria de Luiz Antonio Cunha, são analisados os desdobramentos da reforma universitária brasileira de 68 e suas conseqüências para o nosso ensino superior. Cunha explica a atual configuração da universidade brasileira em função dos avanços que a reforma possibilitou e dos problemas que gerou. Delimita seu objetivo na caracterização da gestão da instituição universitária pública com vistas à melhoria das suas condições de funcionamento e toma como fontes a escassa literatura nacional específica sobre o tema e a observação direta da realidade do ensino superior público no Brasil. A necessidade de levar em consideração as especificidades da universidade, muito diferentes de outras instituições sociais, é defendida pelo autor com a discussão das conclusões de Burton Clark de que “o conhecimento científico da universidade exige que indaguemos sua maneira específica de dividir o trabalho, de gerar crenças e de distribuir autoridade, suas próprias modalidades de mudança e seus conflitos de valores.” (CUNHA, in: TRINDADE, 2000, p. 128). Caracterizando a especificidade da instituição universitária, o autor aborda e aprofunda questões tais como a sua função de buscar conhecimentos, discute sua estrutura organizacional e a crise de identidade que ela atravessa. Nas conclusões são apresentadas recomendações sobre pontos que devem orientar a gestão da Universidade de forma a permitir a consecução de seus objetivos dentro de um projeto político de ensino superior para a realidade brasileira.

Em “Concepções de universidade e de avaliação institucional”, José Dias Sobrinho apresenta como indissociáveis os diferentes modelos de universidade e a adoção de diversos modelos e critérios de avaliação do ensino superior. Neste artigo são analisadas duas perspectivas opostas de encarar a avaliação: as inspiradas pelas recomendações do Banco Mundial e as pautadas pelas discussões na UNESCO, que correspondem a diferentes entendimentos da função da Universidade e do ensino superior. Para tanto, apresenta dados sobre diferentes experiências de avaliação institucional da educação e as conseqüências advindas da adoção de um ou outro modelo em termos de opção política. Dias Sobrinho conclui defendendo a idéia de que a avaliação pode ser instrumento poderoso de transformação da universidade no sentido

de constituir-se como espaço de debate e de exercício de cidadania desde que se desenvolva de forma participativa e proativa.

Encerrando este bloco, Héglio Trindade, no texto “A autonomia segundo o MEC: fragilidade política e ambigüidade conceitual”, discute a questão da autonomia universitária na proposta do MEC, e analisa essa proposta em termos das suas limitações e caracterizada como uma sucessão de propostas, com avanços e recuos, numa estratégia para “ganhar tempo” como diz o autor. Trindade demonstra, pela apresentação das sucessivas propostas que não são levadas a cabo, a fragilidade política do MEC no quadro geral do governo atual. As contradições internas explicitadas na definição do entendimento sobre autonomia universitária existente nos textos oficiais expressam a ambigüidade conceitual que vem permeando o discurso oficial e que resulta no aligeiramento e distorção de propostas originalmente interessantes. A nova proposta do MEC neste artigo é definida como “construção de um sistema de universidades públicas hierarquizadas por classes de autonomia coexistindo com um sistema privado constitucionalmente autônomo.” (TRINDADE, in: TRINDADE, 2000, p. 74). O autor conclui afirmando que no contexto de contenção de gastos, a proposta de autonomia salvará algumas universidades, o que não pode ser considerado um avanço.

Na última parte da obra, onde a pergunta central é “Naufrágio da Universidade?” colaboram os professores Afrânio Mendes Catani e João Ferreira de Oliveira, Nelson Cardoso do Amaral, Dilvo I. Ristoff e Marilena Chauí.

No artigo “A universidade pública no Brasil: identidade e projeto institucional em questão”, Afrânio Mendes Catani e João Ferreira de Oliveira discutem a reestruturação do ensino superior em curso no Brasil a partir da problematização de alguns preceitos extraídos de Bourdieu. Partem da caracterização do processo de metamorfose institucional das universidades, condicionada pelas exigências dos organismos internacionais, pelas transformações conjunturais, pela necessidade de ampliar sua legitimidade institucional e o reconhecimento da sua relevância social. Os autores definem, como resultado dessa metamorfose, a diversificação e diferenciação de identidades e propostas institucionais; acreditam que para as universidades públicas federais a situação é de busca da definição da identidade, que segundo a orientação política do governo federal significa, para a maioria, concentração nas atividades de ensino e de formação de profissionais para o mercado de trabalho, dissociando pesquisa e ensino. Tal encaminhamento priva a Universidade das suas condições mínimas de

concretizar-se como “campo de reflexão, crítica, descoberta e invenção do conhecimento novo, comprometido com a construção e consolidação de uma sociedade democrática.” (CATANI e OLIVEIRA, in: TRINDADE, 2000, p. 186) Para concluir, os autores, utilizando o pensamento de Bourdieu, caracterizam a condição de rompimento entre Estado e Sociedade, que acarreta o total abandono dos setores considerados “gastadores” — os de domínio da ação social.

Nelson Cardos Amaral em “Crise no financiamento das instituições federais de ensino superior” apresenta quadros com dados sobre o sistema de ensino superior brasileiro provando que tem sido mais eficiente nos últimos anos dessa década, apesar da contar com recursos proporcionalmente cada vez menores. Nesse texto é demonstrado que as decisões sobre o financiamento do ensino superior têm sido baseadas em alguns pressupostos falsos como por exemplo responsabilizar o ensino superior pela ausência de recursos para os outros níveis de ensino. Em primeiro lugar porque existe, por determinação constitucional, uma divisão do montante de recursos financeiros para educação entre as esferas do poder público — União, estados, municípios e distrito federal. Em segundo lugar porque não se pode afirmar que exista um nível de ensino mais importante que o outro, todos são essenciais do ponto de vista da política educacional de um país. A contenção de gastos e a inviabilização do funcionamento das Universidades públicas, implica no conseqüente desprezo/desperdício dos investimentos públicos, financeiros e sociais, já realizados, agravando ainda mais a situação de injustiça e desigualdade do país.

Dilvo I. Ristoff em “A tríplice crise da universidade brasileira” discute os três aspectos desta instituição, a saber, o financeiro, o de elitismo e o de modelo considerado como inter-relacionados, constituindo-se no ‘matador silencioso’ da universidade. A crise financeira é apresentada numa perspectiva comparativa com outros países, avaliando os retornos tanto em termos de receita tributária quanto de ganhos políticos e sociais. Num processo de deterioração lenta e gradual, a crise financeira mata silenciosamente a educação, de forma pouco impactante e perceptível à primeira vista. A crise do elitismo da educação superior brasileira é caracterizada como de impacto qualitativo sobre a vida futura do país. Ristoff afirma que o sistema brasileiro é altamente elitista e as iniciativas governamentais não tendem à modificação deste quadro. Segundo o autor, este quadro só será compreensível à luz da análise do terceiro ‘matador silencioso’, que é a crise de modelo. Esta, conseqüência do

entendimento que temos sobre educação superior, deriva do entendimento da função da educação superior para a própria universidade, para os governos e para os indivíduos. Uma vez que aceita que a educação é um bem econômico e social para qualquer país, o autor, reconhecendo a dificuldade de se elaborar propostas num contexto de crise econômica, levanta como possibilidade a instalação de “um PROER educacional de tempos em tempos” (RISTOFF, in: TRINDADE, 2000, p. 210), que expresse uma opção política compatível com os interesses do país e das pessoas.

Encerra o livro, o texto “Universidade em ruínas” de Marilena Chauí, em que a autora parte da caracterização da educação como um dos setores de Serviços não Exclusivos do Estado, resultado dos processos de modernização e racionalização que pautaram as reformas o Estado brasileiro. Nesse sentido, educação, assim como saúde e cultura, passam de direitos sociais a serviços definidos pelo mercado. Chauí situa as origens dessa formulação ideológica na crise do capitalismo dos anos 70, e a conseqüente proposta política de enxugamento do Estado. A autora, ao discutir a questão do direito social no que diz respeito à educação que tem sido anulada pelo seu entendimento como prestação de serviço, demonstra que se a reforma do Estado transforma a educação de direito em serviço, em decorrência, a autonomia universitária há de ter sentido bem restrito, expresso em “qualidade universitária”, “avaliação universitária”, “flexibilização universitária”. Deixando de ser direito e sendo transformada em serviço, a autonomia se reduz a um sistema de gerenciamento empresarial, de gestão de receitas e despesas nos parâmetros permitidos pelo Estado no que diz respeito à metas e desempenho. Nesse sentido, a flexibilidade pode ser entendida como precariedade e provisoriedade, a qualidade medida pela produtividade, com critérios meramente quantitativos em que a docência, mais processo que produto, praticamente não conta. Tradicionalmente, a Universidade moderna conquista seu espaço baseada na idéia de “autonomia do saber em face da religião e do Estado”. Idéias como formação, reflexão, criação e crítica são inseparáveis da idéia europeia de universidade. Transformar a universidade de instituição social em organização social significa, portanto, em transformá-la de acordo com o movimento do capital, em objeto do e para o capital, cujos critérios de administração levam à fragmentação e à descaracterização progressiva da universidade como tal.

Concluindo, o livro apresenta um diagnóstico do sistema de educação superior brasileiro, discutindo alguns dos principais documentos produzidos

internacionalmente e expondo uma avaliação crítica das políticas governamentais em relação ao ensino superior, abordando as razões de ordem acadêmica, financeira e política que resultaram no quadro atual da universidade pública brasileira, considerado desolador. A obra, efetivamente, constitui leitura obrigatória para todos que estejam discutindo a universidade, especialmente aqueles que ainda almejam uma universidade a serviço de toda a sociedade brasileira.